

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Preço de gás de botijão sobe 6,7% e terá revisão mensal.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Preço do petróleo em NY recua 5% para US\$ 45,72.....	3
Título: Petrobras reajusta gás de botijão em 6,7%	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Fusão entre Neoenergia e Elektro cria empresa de R\$ 20 bi.....	6
Título: Preço do gás sobe hoje e será revisto todo mês	7
Título: Nota.....	9
Título: Direto da fonte.....	9
Título: Petróleo cai e afeta bolsa.....	10
Título: Gás de cozinha pode subir até 9%	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Produção de petróleo da Petrobras no país cairá a 70% até 2026.....	11
Título: Petrobras aprova nova política de preços para gás de botijão	13
Título: Elétricas dos EUA sofrem pressão para reduzir suas emissões	14
Título: Trafigura deixa petróleo e investe em carvão e metais.....	16
Título: ThyssenKrupp traz minifábrica de metanol ao Brasil	17
Título: Copel prepara oferta de ações de R\$ 4 bi.....	18
Título: Dano moral ambiental	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Preço de gás de botijão sobe 6,7% e terá revisão mensal**

Com a mudança, Petrobras espera atrair sócio para área de refino.

A Petrobras anunciou ontem reajuste de 6,7% nos preços do GLP, o gás de botijão residencial, nas refinarias a partir de hoje. A medida faz parte da nova política de preços para o produto, que passará a ter ajustes mensais para cima ou para baixo, tal qual já ocorre com a gasolina e o diesel.

Segundo o presidente da Petrobras, Pedro Parente, a mudança deve ajudar a estatal nas negociações futuras em busca de parceiros para a área de refino. O executivo afirma, porém, que o modelo para o segmento ainda não está definido. — Era o único derivado para o qual não havia uma política de preços.

Mas, a partir do momento que se tem agora previsibilidade completa de formação de preços para todos os combustíveis, sem dúvida, contribui para uma clareza maior para os possíveis investidores e parceiros na área de refino — afirmou Parente.

IMPACTO DE 2,2% PARA O CONSUMIDOR

Do ponto de vista do potencial investidor, a política de preços garante que a empresa vai praticar valores de mercado na refinaria, ou seja, não vai correr o risco de vender no mercado interno a preço inferior ao praticado no mercado internacional. Segundo o diretor de Refino da Petrobras, Jorge Celestino, o botijão residencial de 13 quilos passará a ter revisões mensais, a partir do dia 5 de cada mês.

Não foi alterada a política de preços para o GLP industrial. O preço vai considerar a cotação de mercado do metano e do produto, insumos do GLP, no mercado internacional e uma margem de comercialização de 5%. A Petrobras estima que o impacto no preço final ao consumidor seria da ordem de 2,2% por botijão, caso seja feito apenas o repasse do aumento de preços nas refinarias. O último reajuste na refinaria do preço do GLP foi de 9,8% em março.

O gás de botijão pesa 1,16% no orçamento das famílias, de acordo com dados do IBGE. O preço subiu 6,78% nos últimos 12 meses, enquanto a inflação no período foi de 4,08%. O presidente do Sindigás, que reúne as distribuidoras do setor, Sérgio Bandeira de Mello, elogiou a nova política de preços para o GLP residencial.

Ele avalia que a estatal deve aplicar novo aumento no próximo mês, porque os preços do produto ainda estariam 15% abaixo das cotações internacionais. O Sindigás afirma que o impacto no ponto de venda pode variar bastante entre os polos de abastecimento, pois outros fatores interferem na cotação além do valor de compra na refinaria. Ele estima que, nas refinarias, o aumento fique entre 5% e 9%.

— A medida é positiva, pois dá mais previsibilidade para o setor. Mas, por sua vez, o GLP industrial está sendo castigado, pois está sendo vendido com sobrepreço de 45% a 50% ao da paridade de importação — destacou Bandeira de Mello. São vendidos no país 7,4 milhões de toneladas anuais de GLP, dos quais 71% são para fins residenciais e o restante em cilindros de 20 ou 45 quilos para a indústria e comércio, nos quais pesam também custos de importação.

Parente reiterou que a periodicidade das revisões de preços para gasolina e diesel pode ser revista. Atualmente, os produtos sofrem ajustes mensais. — A periodicidade que temos utilizado não lida com a volatilidade diária. Estamos avaliando ainda, não temos definição. Embora tenha tido uma melhora importante, achamos que isso pode levar a algum aperfeiçoamento, embora ainda não tenhamos uma decisão — disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Preço do petróleo em NY recua 5% para US\$ 45,72

Os preços do barril de petróleo caíram 5% nesta quarta-feira (7) em Nova York e atingiram o menor valor em um mês.

O corte no preço aconteceu após a divulgação dos dados de estoque de petróleo e gasolina nos Estados Unidos, que mostrou volumes superiores ao esperado por analistas.

O resultado gerou temores de que os cortes adotados por parte dos principais produtores mundiais de petróleo não têm sido suficientes para reduzir o excedente global.

O barril fechou esta quarta-feira valendo US\$ 45,72. A cotação do petróleo tipo Brent (referência para os planos de negócio da Petrobras) caiu 2%, para US\$ 48.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras reajusta gás de botijão em 6,7%

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (7) uma nova política de preços para o gás de botijão, que passará a ser reajustado mensalmente, assim como já funciona com a gasolina e o diesel desde o fim de 2016.

Neste mês, o preço do produto repassado às distribuidoras subirá 6,7%.

O reajuste vale apenas para botijões de 13 quilos, os mais populares. Segundo a estatal, se o repasse for integral, o aumento para o consumidor será de 2,2%, ou R\$ 1,25 por botijão.

O último reajuste promovido pela estatal no preço deste combustível foi realizado no dia 21 de março, quando o valor cobrado nas refinarias subiu 9,8%.

A nova política de preços para o gás de cozinha institui uma fórmula que considera as cotações europeias do butano e do propano –gases obtidos a partir do refino de petróleo que compõem a fórmula do gás liquefeito de petróleo (GLP, o nome técnico do gás de cozinha).

Sobre esse valor, será aplicada uma margem de 5%. Os reajustes serão automáticos e realizados no dia 5 de cada mês.

Com isso, a Petrobras reduz os riscos de retorno à política de subsídios para o combustível, que passou a vigorar em 2003, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na época, o governo decidiu que o preço do gás vendido em botijões de 13 quilos seria congelado e teria uma política diferente da praticada para as vendas do combustível em outros vasilhames –geralmente usados por comércio e indústria.

A política foi oficializada em resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) em 2005, que prevê "preços diferenciados e inferiores" para o gás vendido em botijões de 13 quilos.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, defendeu que, apesar da mudança, a empresa continua seguindo a determinação do CNPE: segundo ele, a definição de preço para outros vasilhames considera a paridade de importação (que representa a soma da cotação internacional aos custos de importação do produto); já para 13 quilos, não são contabilizados os custos de importação.

Segundo cálculos do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), após o reajuste desta quarta, o preço do gás vendido em

botijões de 13 quilos ainda ficará 15% abaixo da paridade internacional e 45% a 50% abaixo do valor cobrado pelo combustível para venda em outros vasilhames.

A entidade avaliou a mudança como positiva, mas diz que a diferença de preços para o produto vendido para indústrias "penaliza setores que atravessam momento de grave crise econômica".

Parente evitou comentários sobre as perdas da empresa durante o período de subsídios. "Estamos olhando para a frente", disse.

PREVISIBILIDADE

Embora negue relação da medida com o processo de venda de ativos da estatal, Parente admite que a nova política de preços ajuda a buscar sócios para as refinarias da empresa, ao dar maior previsibilidade e clareza sobre as receitas futuras.

"O principal motivador é o fato de ser o único derivado para o qual não tínhamos uma política de preços. Mas contribui para que os futuros parceiros tenham clareza maior [sobre o investimento em refinarias]", afirmou, em entrevista para detalhar as mudanças.

O executivo ressaltou, porém, que a empresa ainda não definiu um modelo de venda de participações em suas refinarias.

"Esperamos tê-lo em breve. Já anunciamos que queremos ter, em outras áreas da empresa, os imensos benefícios que temos com as parcerias na área de exploração e produção", comentou.

O plano de negócios da Petrobras prevê vendas de US\$ 21 bilhões até o final de 2018.

GASOLINA

O presidente da Petrobras voltou a dizer que a empresa está revisando sua política de preços para gasolina e diesel, implantada em outubro de 2016, o que pode resultar na aplicação de ajustes mais frequentes —atualmente, a empresa tem optado por uma mudança por mês.

"A conclusão é que esta periodicidade não lida muito bem com a volatilidade no mercado internacional", disse.

Da última vez em que a empresa realizou reajustes com frequência maior do que mensal foi durante o último ano do governo Fernando Henrique, quando Francisco Gros presidia a estatal.

A política, porém, não durou muito tempo: foi abortada após críticas do então candidato à presidência José Serra (PSDB), para quem os seguidos anúncios de aumento de preços interferiam na campanha eleitoral.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Renée Pereira

Título: Fusão entre Neoenergia e Elektro cria empresa de R\$ 20 bi

A fusão das companhias Neoenergia e Elektro, que deverá ser anunciada nesta quinta-feira, 8, vai criar a maior empresa de distribuição de energia do Brasil, com faturamento próximo de R\$ 20 bilhões. A nova companhia – formada a partir da combinação dos ativos das duas elétricas, que têm como sócio comum a espanhola Iberdrola – pretende abrir o capital nos próximos meses, segundo fontes a par do assunto. A transação que está sendo costurada prevê troca de ações das companhias.

Conforme antecipada pelo Estado, a operação começou a ser discutida nos últimos meses, quando os principais acionistas das companhias sentaram para negociar a união dos ativos. A Neoenergia ainda tem como sócios a Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil) e o Banco do Brasil. Fontes a par do assunto afirmaram que tanto o fundo de pensão como o Banco do Brasil pretendem aos poucos sair do negócio, após a nova empresa ir à Bolsa.

Pessoas familiarizadas com o assunto afirmaram ainda que o grupo Iberdrola tentou alinhar a união das duas empresas em 2011, quando adquiriu o controle da Elektro, mas as conversas não avançaram. À época, o grupo desembolsou US\$ 2,4 bilhões pelo ativo.

A fusão entre as duas empresas sempre foi vista como um caminho natural, uma vez que o grupo Iberdrola é acionista comum das companhias. Neste ano, a multinacional espanhola fechou o escritório no Rio de Janeiro e todas as decisões da empresa passaram a ser tomadas na Elektro, que fica em Campinas, no interior de São Paulo – o que já indicava uma movimentação no grupo de que a fusão estava em curso.

“Com o negócio, a nova empresa se tornará a maior em distribuição em volume de energia. Até agora, essa posição era ocupada pela AES”, afirma o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello. Além de três distribuidoras que abastecem

770 municípios nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a Neoenergia detém 50% de participação na Hidrelétrica Teles Pires, de 1,8 mil megawatts (MW), e 10% de Belo Monte, de 11 mil MW. No ano passado, o grupo faturou R\$ 14,8 bilhões.

Já a Elektro encerrou o ano com receita líquida de R\$ 4,7 bilhões. A empresa detém uma concessionária de energia que abastece 223 municípios paulistas e cinco cidades do Mato Grosso do Sul, além de uma comercializadora e ativos de geração. No último leilão de transmissão, a companhia arrematou 600 km de linhas para serem construídas.

“A Elektro tem uma qualidade muito boa e pode melhorar o perfil dessa nova empresa”, afirma Mello. Isso porque a Neoenergia tem elevado endividamento. De acordo com o balanço do primeiro trimestre deste ano, a dívida do grupo estava em R\$ 11,6 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões no curto prazo.

Saída

A fusão também é vista como a porta de saída do BB da Neoenergia. O banco já tinha sinalizado que não pretendia ficar em setores que não faziam parte do seu principal negócio. No caso da Previ (que soma fatia de 49%, incluindo um dos fundos de investimento), eles serão diluídos e podem sair de uma vez, em um futuro IPO, disse outra fonte ao Estado.

No passado, a Iberdrola tentou comprar o controle da Neoenergia, mas as negociações não avançaram por entraves com os sócios. Em 2012, os espanhóis mudaram de estratégia e colocaram sua parte à venda na empresa. Chegaram a ter boas propostas de investidores chineses, como a State Grid, mas não fecharam um acordo por causa da interferência do governo, que não queria o avanço dos asiáticos na área de energia (hoje os chineses têm comprado vários ativos no setor).

Além do aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a transação também deverá ser apreciada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Procuradas, Previ e BB não comentam. A Neoenergia informou que “não tem informação a respeito (do assunto). Elektro e Iberdrola não retornaram os pedidos de entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Preço do gás sobe hoje e será revisto todo mês

Alta para o botijão nas refinarias será de 6,7%; com a nova política para o gás de cozinha, Petrobrás quer voltar a lucrar com o produto

A Petrobrás vai revisar o preço do gás de botijão todo mês, para cima ou para baixo. Hoje, o combustível ficará 6,7% mais caro nas refinarias. Se integralmente repassada ao consumidor, a alta será de R\$ 1,25 por botijão. Mas é possível que o aumento seja maior, pois dependerá da decisão de distribuidores e revendedores, que juntos da estatal formam a cadeia fornecedora.

Com a nova política de preços, a Petrobrás pretende voltar a lucrar com a venda do gás de botijão, após longo período em que foi subsidiado, durante o governo petista. O gás de cozinha é utilizado pela população mais pobre e tem peso relevante no cálculo da inflação. O ganho da Petrobrás será de 5% sobre a venda para uso residencial. “É um bom nível (de margem de lucro) para a empresa”, disse o presidente da petroleira, Pedro Parente.

Mas, como a fórmula de cálculo do preço considera outras variáveis – a cotação da matéria-prima na Europa e o dólar –, é possível que o ajuste para o consumidor seja maior ou menor que esse. Mesmo adotando uma política de reajuste mensal, nos moldes da gasolina e do óleo diesel, a Petrobrás admite que o produto para uso residencial terá preços inferiores aos cobrados da indústria e do comércio.

Pelas contas do Sindigás, representante das distribuidoras, a Petrobrás cobra 15% menos pelo botijão do que possíveis concorrentes importadores. Já o combustível para uso industrial e comercial está cerca de 50% mais caro do que no mercado internacional. A nova política de preços, segundo o Sindigás, “penaliza setores que já atravessam momento de grave crise econômica”.

A Petrobrás diz que “não informa preços praticados por produto ou eventuais diferenças entre eles, pois exporia estratégias comerciais da companhia.” Apesar das críticas, o presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, elogia a adoção de uma fórmula de reajuste mensal que dá previsibilidade ao mercado e estimula investidores em infraestrutura que tenham interesse em importar o combustível.

Desinvestimento.

A mudança também ajuda a Petrobrás a atrair para as refinarias, segundo Parente. As refinarias foram incluídas no plano de desinvestimento e formação de parcerias, que prevê a venda de US\$ 21 bilhões em ativos até fim de 2018. A ideia é demonstrar independência política a potenciais parceiros e que a Petrobrás não está mais sendo usada como instrumento de política social. Parente diz, no entanto, que não anunciará tão cedo desinvestimentos em refino. “Não temos definição do modelo e esperamos por essa definição em breve”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães****Título: Nota****» IPO.**

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) prepara uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de cerca de R\$ 4 bilhões. Bancos e escritórios de advocacia interessados em assessorar a operação têm até sexta-feira (09) para apresentar propostas. A operação tende a aliviar um pesado cronograma de dívidas e investimentos de curto prazo. A Copel somava R\$ 2,747 bilhões em dívidas vencendo até março de 2018 e uma agenda de R\$ 2 bilhões em investimentos ainda neste ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Caderno 2****Autor: Sonia Racy****Título: Direto da fonte****Parece... e é**

No dia 26 de abril, o delator Ricardo Saud, da J&F, gravou uma conversa entre ele, Rodrigo Rocha Loures e alguém no Cade, sobre processo da EPE/JBS. Pediam influência. No entanto, 13 dias antes, a Ambar, empresa de energia de Joesley Batista, havia assinado com a Petrobrás acordo para receber gás natural – o GNL – a preço de mercado. No caso, US\$6,07 por milhão de BTU, válido até dezembro.

Parece 2

O que pedia a EPE/J&F? Que se liberasse espaço no gasoduto Brasil-Bolívia para a Ambar importar diretamente do país vizinho o mesmo GNL, que sai por algo como US\$ 4,30 por milhão de BTU. Ou, como plano B, pagar o mesmo preço da estatal, mais um sobrepreço de 2,5%. Daria muuuito menos que os US\$ 6,07 acertados no dia 13 de abril. Relembrando: teoricamente, foi por essa "ajudinha" no Cade que Joesley prometeu a Rocha Loures R\$ 500 mil por mês durante 20 anos. Ou seja, a J&F teria pedido ajuda para um negócio já assinado, prometendo uma propina gigantesca e interminável por uma mudança que provavelmente não existirá.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia**

Autor: Rosana Hessel**Título: Petróleo cai e afeta bolsa**

Mesmo com a pouca disposição dos investidores para tomar risco, diante das incertezas do quadro político, o Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou ontem em alta de 0,34%, aos 63.170 pontos. O pregão foi fortemente influenciado pelo comportamento negativo das ações da Petrobras e da Vale, que operaram em baixa, refletindo a forte queda das cotações do petróleo e do minério de ferro no mercado internacional. No fim do dia, Petrobras PN registrou baixa de 2,35% e Vale ON, desvalorização de 0,49%.

O pregão abriu renovando máximas e refletindo a boa receptividade dos investidores à aprovação da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na terça-feira. Mas o ambiente se modificou e seguiu fraco após a suspensão do julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “O mercado começou animado, mas voltou ao preço da abertura”, disse Raphael Figueredo, analista da Clear Corretora.

No mercado de câmbio, o dólar alternou pequenas altas e baixas ao longo de toda a sessão, fechando em queda de 0,15%, cotado a R\$ 3,27 para venda. Apesar de uma aposta cautelosa na absolvição da chapa pelo TSE, a percepção foi de que o processo de julgamento será longo, com possibilidade de recurso que leve o tema para o Supremo Tribunal Federal (STF), o que manteria a incerteza por mais tempo. Nesse compasso de espera, o volume de negócios permaneceu reduzido.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rodolfo Costa****Título: Gás de cozinha pode subir até 9%**

A Petrobras anunciou ontem um aumento de 6,7% para o gás liquefeito de petróleo (GLP), o popular gás de cozinha. A alta vale para o produto entregue nas refinarias e a estatal calcula que, se ela for repassada integralmente pelas distribuidoras ao consumidor, o preço do botijão de 13kg de uso residencial terá elevação de 2,2%, ou de R\$ 1,25 por unidade. O reajuste entra em vigor hoje. E, a partir de agora, os preços passarão a ser atualizados no dia 5 de cada mês.

A projeção da estatal para o aumento dos preços ao consumidor é contestado pelo sindicato das empresas distribuidoras, o Sindigás. Em nota, a entidade afirmou que o reajuste nas refinarias implicará um aumento para o consumidor final de 5% a 9%. “O impacto da nova política de preços pode variar bastante entre os polos de abastecimento, dado que as componentes de custo que

formam o preço final ao consumidor são muitas, além do valor de compra do produto nas refinarias”, diz a nota.

O reajuste anunciado ontem é consequência de uma nova política de preços para a venda do GLP da Petrobras para as distribuidoras. Conforme explicou a estatal, a nova política não terá como referência a paridade internacional do produto. O preço será formado pela média mensal das cotações do butano e do propano no mercado europeu convertida em reais pela média diária das cotações de venda do dólar, acrescida de uma margem de 5%.

“O preço final ao consumidor pode ou não refletir o ajuste feito nas refinarias. Isso dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis, especialmente distribuidoras e revendedores, uma vez que a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados”, destacou a Petrobras. A empresa lembrou que o último reajuste ocorreu em 21 de março e que a política anunciada ontem não se aplica ao GLP destinado a uso industrial ou comercial.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que a companhia completou um ciclo. “O GLP era o último derivado de petróleo que não tinha uma política de preços definida”, disse Parente. Segundo o diretor de Abastecimento da Petrobras, Jorge Celestino, a nova política de preços “dá previsibilidade ao mercado” sobre ajustes e, com isso, abre espaço para potenciais concorrentes no refino, o que pode estimular ainda parcerias, nesse setor, entre a estatal e empresas privadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Produção de petróleo da Petrobras no país cairá a 70% até 2026

Uma produção de petróleo menos concentrada nas mãos da Petrobras e cada vez mais direcionada para exportações. Uma recuperação lenta no consumo de combustíveis entre os veículos leves pelos próximos cinco anos e uma matriz veicular mais limpa, baseada na retomada dos investimentos no setor de etanol. Este é o futuro que os estudos recentes da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam para a próxima década.

Responsável pelo planejamento do setor energético no Brasil, compilado no Plano Decenal de Energia (PDE), a EPE está revendo suas premissas econômicas e setoriais. José Mauro Coelho, diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da empresa, diz que o grande desafio da instituição é traçar projeções “mais críveis” e “coladas à realidade”, o que passa por assumir uma

participação menor da Petrobras nos investimentos em óleo e gás e um cenário de crescimento mais modesto da demanda interna.

Os estudos mais recentes da EPE, segundo ele, indicam que a fatia da Petrobras na produção nacional de petróleo deve cair, dos atuais 78% para 70% até 2026, e que o Brasil se tornará um "player muito importante" nas exportações. De acordo com as projeções da estatal, a produção do Brasil deve praticamente dobrar em dez anos e atingir entre 4,7 milhões e 5 milhões de barris diários em 2026.

"Mas a demanda não acompanhará o crescimento da oferta e o Brasil passa a ser um player muito importante na exportação, talvez ficando entre os dez maiores exportadores do mundo, com volumes exportados de 1,5 milhão a 2 milhões de barris/dia", afirma.

A EPE prevê um crescimento de 9,25% na demanda do Ciclo Otto (veículos que operam com motores a gasolina e/ou etanol), mas espera que a retomada do consumo só se dê a partir de 2022. Até lá, estatal projeta um consumo praticamente estável, devido, em parte, ao licenciamento menor de novos veículos flex na frota.

Coelho conta que um dos grandes destaques dos próximos dez anos será o aumento da competitividade do etanol e o protagonismo maior do biocombustível na matriz. Segundo ele, os estudos da estatal indicam que, na esteira dos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris (COP 21), a participação do etanol hidratado no consumo pelos veículos flex fuel subirá dos atuais cerca de 30% para 46% em 2026.

Segundo Coelho, a expectativa em torno do maior protagonismo do etanol na matriz reflete as sinalizações dados no âmbito do RenovaBio, programa que está em discussão no Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de expandir a produção de biocombustíveis no Brasil. Dentre os principais mecanismos de indução aos investimentos em discussão está a diferenciação tributária entre o etanol e a gasolina e o estabelecimento de metas de redução de emissões para o setor de transporte.

"No nosso cenário de referência, em 2026 a gente verifica uma retomada gradual dos licenciamentos de veículos leves. Estamos considerando uma retomada do crescimento, uma redução do endividamento das famílias, uma queda da taxa de desemprego, um país melhor do que está hoje. A gente acredita que os sinais positivos do RenovaBio vão se refletir em novas usinas, que vão efetivamente levar a uma oferta maior e uma demanda maior por etanol", afirma.

Ele acredita que, com sinalizações positivas, novas usinas comecem a operar a partir de 2021 e 2022. "Estamos falando de uma ou duas usinas por ano. Nada

comparável ao boom de investimentos de 2008-2009. Aachamos que há espaço para novos investimentos, mas o investidor precisa fazer seu dever de casa, aumentar a competitividade, renovar o canavial, fazer o trato da lavoura, usar variedades mais produtivas."

Coelho destacou também que a indústria sucroalcooleira deve se concentrar mais no mercado interno. A previsão da EPE é que as exportações totalizem 2,7 bilhões de litros em 2026, volume 50% superior aos 1,8 bilhão de litros do ano passado, mas ainda muito abaixo dos patamares de 2008, quando os embarques chegaram a atingir mais de 5 bilhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Machado

Título: Petrobras aprova nova política de preços para gás de botijão

A diretoria da Petrobras aprovou nesta quarta-feira (7) a nova política de preços para a comercialização às distribuidoras do gás liquefeito de petróleo vendido em botijões de até 13 kg e de uso residencial, o chamado GLPP13.

O preço final às distribuidoras será formado pela média mensal das cotações do butano e do propano no mercado europeu, convertida em reais pela média diária das cotações de venda do dólar, conforme divulgado pelo Banco Central (BC), acrescida de uma margem de 5%.

Ainda segundo a Petrobras, as correções de preços terão vigência a partir do dia 5 de cada mês — com exceção de junho, quando o ajuste de preços passará a ser aplicado nas vendas às distribuidoras a partir de amanhã (8).

A aplicação da nova fórmula deve trazer um aumento médio nas refinarias de 6,7% no produto este mês.

Segundo a estatal, o preço final ao consumidor pode ou não refletir o ajuste feito nas refinarias, o que vai depender dos repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis, principalmente distribuidoras e revendedores. A lei brasileira garante a liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados.

Se os integrantes da cadeia de combustíveis decidirem repassar integralmente aos consumidores a aplicação da nova fórmula de preços, o botijão pode subir, em média, 2,2% ou R\$ 1,25 por unidade, caso sejam mantidas as margens de distribuição e revenda e as alíquotas de tributos.

Na composição de preços ao consumidor, a Petrobras responde por cerca de 25% do valor final, enquanto outros 20% são tributos. O restante (55%), de acordo com a companhia, é composto por distribuição e revenda.

A empresa afirmou ainda que o ajuste na política de preços foi aplicado sobre os preços praticados pela estatal sem incidência de tributos.

O último reajuste no preço do GLP-P13 aplicado pela Petrobras foi feito em 21 de março deste ano.

CNPE

O novo modelo foi definido com base na resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e não se aplica ao GLP destinado ao uso industrial e comercial.

Segundo comunicado da estatal, o CNPE reconhece como “interesse para a política energética nacional a comercialização, por produtor ou importador, de GLP destinado exclusivamente a uso doméstico em recipientes transportáveis de capacidade de até 13kg, a preços diferenciados e inferiores aos praticados para os demais usos ou acondicionados em recipientes de outras capacidades”.

A nova política de preços não terá como referência a paridade de preços internacionais e está em linha com o planejamento estratégico 2017-2021 da estatal, informou a companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andrew Ward | Financial Times

Título: Elétricas dos EUA sofrem pressão para reduzir suas emissões

Empresas de eletricidade dos Estados Unidos, como a American Electric Power e a DTE Energy, vão precisar intensificar os esforços de redução das emissões de gás carbônico apesar da decisão do presidente o país, Donald Trump, de sair do acordo climático de Paris, segundo um grupo de fundos de investimento com mais de US\$ 4,5 trilhões de ativos sob administração.

Um estudo sobre as 20 maiores produtoras de energia elétrica do mundo em valor de mercado concluiu que as empresas europeias do setor, como a espanhola Iberdrola, a italiana Enel e a britânica SSE, vêm progredindo mais do que as americanas na redução de suas pegadas de carbono.

Isso cria riscos de longo prazo para os que investem em grupos de energia dos EUA, segundo o estudo, financiado por um grupo de fundos, incluindo o BNP Paribas Asset Management e o Legal & General Investment Management.

Estudo da London School of Economics traz boas notícias para defensores de ações contra as mudanças climáticas

Adam Mathew, copresidente da Transition Pathway Initiative, que realizou a pesquisa, disse que seria um erro as concessionárias elétricas americanas interpretarem a saída do Acordo de Paris anunciada por Trump - e sua promessa de reanimar a indústria de carvão nos EUA - como sinal de que devem interromper seu movimento de adesão a fontes mais limpas de geração de energia.

"Muitas das decisões estratégicas diante das empresas pressupõem um intervalo de tempo muito maior do que a presidência de Donald Trump", afirmou Matthews, que também é diretor de engajamento ético de fundos de investimento e de pensão da Igreja Anglicana com quase 10 bilhões de libras esterlinas (US\$ 12,93 bilhões).

"[O presidente Trump] claramente vai ser uma força de perturbação por um período de tempo, mas a mensagem que chega de boa parte do mundo empresarial americano é que os compromissos de Paris devem ser observados e a legislação estadual ainda vem avançando nessa direção", afirmou.

O estudo, encabeçado por acadêmicos da London School of Economics (LSE), traz algumas boas notícias para os defensores de ações contra as mudanças climáticas: atualmente a maioria das empresas do setor de eletricidade, incluindo as americanas, vem reduzindo as emissões de acordo com as metas mundiais determinadas no Acordo de Paris.

Das empresas que divulgaram seus planos de redução nas emissões, no entanto, apenas duas (Enel e Iberdrola) traçaram uma rota que vai seguir até 2030 as ações necessárias para alcançar o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento médio das temperaturas mundiais a menos de 2°C em relação ao patamar pré-industrial. Mesmo essas duas empresas não atingiriam algumas metas regionais europeias ainda mais rigorosas.

As pressões políticas e dos órgãos de supervisão pela redução das emissões, somadas ao declínio no custo da geração de energia solar e eólica, levaram a um grande aumento nos investimentos em tecnologias de fontes renováveis, especialmente na Europa. As empresas, entretanto, não vêm agindo com a rapidez necessária, segundo Simon Dietz, codiretor do Instituto Grantham de Pesquisas de Mudanças Climáticas e do Ambiente, da LSE. "As concessionárias

vão precisar reorientar suas estratégias e seus investimentos em bens de capital de forma significativa para que o setor fique abaixo do referencial mundial de 2 graus", disse Dietz.

De acordo com Helena Viñes Fiestas, chefe de Análise de Sustentabilidade do BNP Paribas Asset Management, as empresas que não conseguirem alinhar suas estratégias com o Acordo Paris poderiam se deparar com o risco de infringir a regulamentação e de afetar o valor do investimento dos seus acionistas. Viñes Fiestas planeja usar as conclusões do relatório para intensificar o engajamento de empresas apontadas como retardatárias na redução das emissões, em particular nos Estados Unidos.

O estudo mostra que seis das 20 maiores concessionárias de energia já estão atrás das metas do Acordo de Paris: a American Electric Power, a DTE Energy, Eversource Energy e a Xcel dos EUA, a Fortis do Canadá, e a CLP Holdings de Hong Kong.

"A mudança climática não é o único motivo para as empresas agirem", disse Viñes Fiestas. "Também há fatores econômicos, como a queda no custo das [fontes] renováveis e os avanços tecnológicos nas tecnologias limpas, que vêm mudando totalmente o cenário para as concessionárias", completou.

O setor de energia elétrica é o primeiro dos sete que vão ter seus esforços de redução das emissões de gás carbônico analisados pela Transition Pathway Initiative. Há planos de novos estudos sobre as indústrias automotiva, siderúrgica, de petróleo e gás, de mineração, de cimento e de papel e celulose.

A divulgação, ontem, do relatório sobre as empresas de eletricidade chega depois de os acionistas da ExxonMobil terem votado na semana passada a favor de a empresa publicar uma avaliação anual sobre o impacto em seus negócios das políticas mundiais de combate às mudanças climáticas, mesmo diante da oposição do conselho de administração da empresa, sinal da preocupação cada vez maior dos investidores sobre o assunto. (Tradução de Sabino Ahumada)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: David Sheppard e Neil Hume | Financial Times

Título: Trafigura deixa petróleo e investe em carvão e metais

A trading Trafigura disse ontem que está intensificando seu foco nas transações com carvão e metais. Este é o mais recente sinal de que o surto de crescimento de quase três anos de compra e venda de petróleo pelas casas de commodities chegou ao fim.

A Trafigura contabilizou um lucro líquido de US\$ 471 milhões no primeiro semestre do mais recente ano financeiro, 22% inferior ao do mesmo intervalo do período de doze meses anterior, quando os lucros foram guindados pela reavaliação de um ativo de minério de ferro em Angola.

O lucro bruto obtido pela empresa, sediada em Genebra, com negociações com petróleo caíram 17%, para US\$ 652 milhões. No entanto, o lucro da divisão de metais e mineração da Trafigura cresceu 52%, para US\$ 586 milhões, com a expansão de mais de 33% dos volumes negociados nessa área.

"No ano passado o petróleo era dominante na nossa empresa", afirmou o diretor financeiro da Trafigura, Christophe Salmon. "Agora a coisa está mais equilibrada", completou o executivo.

Ao contrário do petróleo, cujos preços permaneceram relativamente inalterados, o aperto da oferta de commodities como carvão e zinco e a crescente demanda por metais como o alumínio foram mais propícios às transações no mais recente período de demonstração de resultados.

"O mercado de petróleo foi caracterizado pela superoferta crônica e por baixos níveis de volatilidade realizada", disse o executivo-chefe da empresa, Jeremy Weir.

A desaceleração no mercado de petróleo segue-se a quase três anos de condições sólidas para as tradings, após os preços do petróleo bruto terem caído de mais de US\$ 100 o barril para menos de US\$ 50. Tradings como a Trafigura, a Glencore e a Vitol compraram petróleo a preço baixo, armazenaram-no e o venderam a preços mais elevados.

Os volumes de petróleo da Trafigura subiram 25%, para quase 5 milhões de barris/dia no período de seis meses encerrado em 31 de março. O grupo, no entanto, prevê desaceleração do crescimento futuro, ao lado das pressões sobre as margens de lucro, em meio a condições de negociação mais difíceis.

Salmon disse que a Trafigura tentará expandir suas transações com cobalto e níquel, das quais prevê se beneficiar devido ao seu uso em carros elétricos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: ThyssenKrupp traz minifábrica de metanol ao Brasil

A ThyssenKrupp Industrial Solutions trouxe ao país uma nova tecnologia de produção de metanol, que possibilita a instalação de minifábricas do insumo. Hoje, não há produção nacional e todo o metanol consumido no país, cerca de 1 milhão de toneladas por ano, é importado. A estratégia do grupo alemão é atuar em nichos de mercado, oferecendo a tecnologia a clientes que optem por produzir metanol para uso próprio em substituição às importações.

"Uma empresa que tenha água disponível, co-geração e utilize metanol em seu processo produtivo pode deixar de importar e passar a produzir para consumo próprio ou para compartilhar", diz o executivo-chefe da ThyssenKrupp Industrial Solutions do Brasil, Paulo Alvarenga. A indústria de papel e celulose e fabricantes de biodiesel, que pode ser obtido a partir do metanol, estão no radar da Thyssen. Hoje o país é o maior fabricante mundial de biodiesel e é o segundo maior produtor global de celulose.

Com investimento de US\$ 30 milhões a US\$ 50 milhões, é possível ter uma minifábrica própria com produção de 10 a 50 toneladas por dia. Para efeito de comparação, uma unidade de produção de metanol com escala global produz, no mínimo, entre 1,3 mil e 1,5 mil toneladas por dia, o que inviabilizou a operação de fábricas menores e fechou linhas no Brasil.

De acordo com o gerente de desenvolvimento de negócios da ThyssenKrupp Industrial Solutions, Luiz Antonio Mello, o principal diferencial da tecnologia, que incorpora a eletrólise da água para liberação de hidrogênio, que é posteriormente combinado ao gás carbônico, é justamente o porte. "A grande inovação é a combinação de duas tecnologias tradicionais. Não há grande desafio tecnológico [para implantação de uma minifábrica]", afirma. Por isso, o prazo de implementação da minifábrica gira em torno de 15 a 18 meses.

Além disso, a Thyssen aposta que o investimento em uma unidade própria reduz gastos com logística, já que o insumo tem de ser importado atualmente. A tecnologia já está disponível comercialmente e foi desenvolvida pela Thyssen na Alemanha, como parte da estratégia do grupo de ampliar a sinergia entre suas diferentes operações, colocada em marcha a partir de 2011. "Temos tradição em metanol e em eletrólise. Juntamos as duas tecnologias e vemos oportunidade de mercado", diz Mello. Na Europa, a Swiss Liquid Future já utiliza a tecnologia, porém com finalidade energética.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Talita Moreira, Camila Maia e Juliana Schincariol

Título: Copel prepara oferta de ações de R\$ 4 bi

A estatal paranaense de energia Copel colocou na rua um plano para fazer uma oferta de ações na qual pretende captar cerca de R\$ 4 bilhões, apurou o Valor. A operação deve reforçar o caixa da elétrica e pode, no limite, levar a uma diluição da participação do governo do Paraná na empresa.

A Copel pediu que bancos e escritórios de advocacia interessados em assessorá-la no processo apresentem suas propostas até sexta-feira - primeira de uma série de medidas práticas antes de protocolar o pedido de oferta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por isso, ainda não há prazo para a operação.

Enquanto isso, outra companhia do setor elétrico, a Ômega Geração, avança em seu plano de abrir o capital. A oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da empresa pode movimentar cerca de R\$ 1 bilhão, segundo estimativas de mercado.

Controlada por fundos de private equity da Tarpon e da Warburg Pincus, a Ômega tem feito reuniões com investidores para testar a receptividade do mercado. A oferta deve ser primária e secundária, ou seja, com recursos para o caixa da empresa e a venda de participação dos atuais sócios.

No caso da Copel, a expectativa é que a operação seja totalmente primária. Isso significa que vai levantar dinheiro novo para a companhia, que tem R\$ 2,7 bilhões em dívidas vencendo no curto prazo.

No entanto, a depender do resultado, a oferta de ações da Copel também pode ter como efeito prático diminuir a fatia do Estado paranaense na companhia sem a necessidade de vender ações que já tem. Basta que o governo não mantenha sua proporção no aumento de capital - algo não tão simples em termos de imagem, mas possível de fazer.

Em setembro, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou uma lei autorizando o Poder Executivo a alienar ações que excedam 51% das ações ordinárias da Copel, desde que o valor seja superior ao patrimonial dos papéis - que era de R\$ 56,80 no fim de março deste ano. No mercado, porém, as ações têm sido negociadas a menos da metade desse valor. No pregão de ontem, subiram 0,41%, para R\$ 21,99. O Paraná tem 58,62% dos papéis com direito a voto. Com uma emissão primária, o Estado poderia diluir sua participação na companhia sem se desfazer da atual participação, além de reduzir a alavancagem da Copel.

Recentemente, Luiz Eduardo Sebastiani foi demitido do cargo de diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, substituído por Adriano Rudek de Moura. Segundo a Copel, a troca se deu por uma decisão administrativa, mas conflitos dentro do conselho de administração da estatal indicam que não foi apenas isso. Em reunião no dia 27 de abril, os conselheiros

Sandra Guerra e Sergio Weguelin chegaram a solicitar que a ata do encontro registrasse o "desalento e perplexidade" com que viram a "iminente demissão" de Sebastiani.

Eles relataram ainda ter presenciado um debate entre Sebastiani e "um dos conselheiros" sobre a distribuição de dividendos. O então diretor defendeu a contenção ao mínimo legal de 25%, contrapondo-se a uma proposta que sugeria uma distribuição mais elevada de proventos, pela necessidade de não colocar em risco o perfil financeiro da empresa. Por fim, foi aprovada a distribuição de R\$ 506,212 milhões aos acionistas, 50% do lucro ajustado de 2016.

Apesar do aumento das incertezas no cenário político desde a delação dos controladores da JBS, investidores estrangeiros continuam colocando dinheiro em ações brasileiras. Diante disso, empresas com planos de captar recursos na bolsa têm dado continuidade a seus planos, em maior ou menor ritmo. Carrefour, IRB Brasil Re e NotreDame Intermédica protocolaram seus pedidos de IPO nas últimas semanas.

Logo após o vazamento das denúncias envolvendo o presidente Michel Temer, a companhia de shoppings BR Malls fez uma bem-sucedida oferta subsequente de R\$ 1,73 bilhão. Poucos dias depois, a Ser Educacional, já listada, desistiu de fazer uma oferta por divergência de preço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Dano moral ambiental

A empresa Carbonífera Belluno, com sede em Criciúma (SC), terá que pagar indenização de R\$ 350 mil por dano moral ambiental coletivo decorrente de transbordamento de água ácida da bacia de acumulação da Mina Morosini. A decisão é da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (processo nº 5017096-22.2014.4. 04.7204). A Carbonífera atua na área de extração e beneficiamento de carvão mineral. A empresa é responsável pela mina de carvão Morosini, atualmente inativa por estar em fase de licenciamento ambiental. Em novembro de 2013, uma equipe do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), acompanhada de representantes da comunidade do Rio Mãe Luzia, realizou vistoria na mina. No entanto, durante a visita a equipe de fiscalização flagrou um transbordamento na bacia de acumulação da água ácida proveniente da mina subterrânea. A bacia tinha a função de acumular as águas ácidas vindas de subsolo e encaminhá-las para a Estação de Tratamento de Efluentes. Segundo o Ministério Público Federal, que moveu ação, por insuficiência no dimensionamento da bacia e por falta de manutenção no sistema de

bombeamento, a água ácida estava transbordando e escorrendo para a drenagem natural e daí para o Rio Mãe Luzia.

MME / ASCOM .